

“Histórias de beira de estrada” – memória e história da ditadura na Amazônia da década de 1970

“Roadside stories” – memory and history of military dictatorship in the Amazon of the 1970s

Filipe Menezes Soares

Doutorando em História no Programa de Pós-graduação em História
Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Resumo: O objetivo central deste artigo é procurar entender a maneira com que as obras de colonização dirigida na Amazônia da década de 1970 se tornaram uma estratégia de controle dos conflitos agrários e de ocupação das fronteiras nacionais. Para tanto, foram utilizadas fontes de duas naturezas. Primeiro, ganham destaque relatos orais de uma antiga trabalhadora rural e de um ex-funcionário do INCRA. Somam-se aos relatos orais, a análise de um conjunto de publicações que reúne alguns discursos oficiais do terceiro governo da ditadura (1969 – 1974).

Palavras-Chave: Colonização. Ditadura. Amazônia.

Abstract This work aimed to understand how the colonization in Amazon of the 1970s became a governmental strategy to control agrarian conflicts and occupation of the national borders. To do so, I utilize different documents. First of all, some oral histories told by a female rural worker and a government employee are highlighted. The government employee worked in the INCRA. The analysis of a serie of publications, that put together some official discourses, are add to the oral histories.

Key-words: Colonization. Dictatorship. Amazon.

Entradas e Bandeiras

Com a instituição do PIN (Programa de Integração Nacional) pelo Decreto Lei nº 1.106/70 foi definida uma estratégia de desenvolvimento da Amazônia por um programa de colonização dirigida de suas terras. O termo *colonização dirigida* é um denominação oficial e indica que a ocupação das terras seria encaminhada pelas instituições do governo brasileiro na década de 1970. O espaço selecionado para essa política eram as faixas de 10km nas margens da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém – rodovias que também foram construídas pelos investimentos do Programa de Integração Nacional. Os primeiros lotes ocupados pelos colonos, os assentamentos pioneiros, foram aqueles realizados às margens da BR-230, a Transamazônica. Isso porque, no início da colonização, os grandes contingentes de trabalhadores rurais foram trazidos para a região da Transamazônica, enquanto que as margens da Cuiabá-Santarém foram posteriormente ocupadas por empresas agropecuárias.

Para contar a história da colonização não podemos esquecer a sua proximidade com as orientações gerais das políticas da ditadura, seus compromissos, necessidades, objetivos e heranças. Os meandros do projeto de colonização, os detalhes de sua execução, ou seja, sua prática, permitem um melhor entendimento da racionalidade do terceiro governo da ditadura – o governo Médici (1969 -1974). Nesse sentido, para a narrativa da colonização, alguns relatos de memória colhidos em pesquisa realizada na Amazônia¹, em Janeiro de 2015, serão fundamentais para reconstruir e/ou desconstruir essa história. Reconstruir, à medida que revisitaremos a colonização em ação, a partir de alguns episódios narrados por personagens que acompanharam o deslocamento e a chegada de milhares de pessoas à Amazônia. A desconstrução, por sua vez, acompanha as análises críticas dos relatos e dos documentos oficiais que tratam dessa política. Ou seja, a partir da problematização dessas fontes apresentarei o suporte institucional da ditadura, suas medidas administrativas, normas, regulamentos e propagandas.

Os depoimentos orais aqui analisados são relatos históricos de uma antiga trabalhadora rural da região, colona assistida pelo programa de assentamento, e de um técnico agrícola, funcionário público que trabalhou no programa de colonização dirigida. Ambos chegaram na Amazônia em 1971, na região de Altamira, local de referência na política de colonização. A senhora foi assentada com a família em um dos lotes às margens da Transamazônica. Já o técnico agrícola é ex-funcionário do INCRA, órgão do governo responsável pelo recrutamento, assentamento e

¹ A pesquisa começou nos arredores da cidade de Marabá e ao longo da Transamazônica. Prosseguiu ao longo da rodovia rumo à cidade de Altamira, passando por municípios como Novo Repartimen-

posterior assistência ao trabalhador rural. Na análise dos relatos de memória, estive atento aos riscos de:

[...] não se deixar seduzir pela reificação do individual ou do acontecimento extraordinário. Ao mesmo tempo, a construção histórica realizada a partir da perspectiva individual exige que se contemple um conjunto de elementos díspares e contraditórios articulado à ordem explicativa muitas vezes homogeneizadora e totalizante da perspectiva macro-histórica (MONTENEGRO, 2010, p. 70)

Portanto, a história da colonização será contada através dos relatos de memória e dos documentos oficiais. Entrecruzando os documentos e os relatos orais pretendo realizar uma investigação que gira em torno de um grupo de indivíduos, mas que desemboca numa hipótese geral sobre um conjunto de acontecimentos de um dado período histórico (GINZBURG, 2006). Dessa forma, a história singular de cada indivíduo ou família, a experiência do deslocamento, a chegada em uma terra desconhecida e a recriação da vida em novos locais de moradia e trabalho remontam os pensamentos, crenças e esperanças das classes populares em torno da ditadura civil-militar brasileira e de seus objetivos políticos. Nesta narrativa, as múltiplas histórias dos protagonistas, seus fragmentos despercebidos, colocam uma série de indagações em torno de uma política governamental da ditadura. A partir dessas histórias e de sua análise é possível entender a colonização como uma obra que pretendia garantir a segurança nacional e o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia. A história da colonização não poderia ser contada somente a partir dos documentos do governo. Dessa maneira correria o risco de repetir a versão oficial dos acontecimentos. No entanto, a importância dos relatos de memória não ofusca o comprometimento com a pesquisa. A análise dos depoimentos será guiada com o rigor da história oral enquanto metodologia de pesquisa e estará articulada ao restante dos documentos oficiais. Pretendo contar a colonização analisando a perspectiva individual junto à explicação homogeneizadora dos documentos; relativizando, mas por vezes reforçando a perspectiva macro-histórica.

Dividir para conquistar

De acordo com o planejamento governamental, cada trecho da Transamazônica detinha um projeto de colonização. Esses projetos variavam de acordo com a cultura agrícola a ser desenvolvida, o número de migrantes a serem assentados,

to, Pacajá e Anapu, todos à beira da Transamazônica. Ao chegar em Altamira, realizei uma série de entrevistas nos arredores desta cidade, antes de seguir para novos municípios como Brasil Novo e Medicilândia, onde encerrei o trabalho de pesquisa.

seus locais de origem, etc. Apesar das variações, esses projetos compartilhavam uma série de características comuns, como o processo de recrutamento dos colonos, o tamanho do lote em que eram assentados (100ha) e a ajuda de custo concedida às famílias. Em pesquisa na Amazônia, reconheci dois grandes trechos da colonização. Cada trecho era denominado oficialmente de PIC – Programa Integrado de Colonização. No sudeste do Pará, existia o PIC Marabá, que no sentido leste-oeste da Transamazônica, se estendia desta cidade até às margens do Rio Xingu. Passado o rio, adentramos na área de influência de uma outra cidade amazônica, Altamira. O PIC Altamira compreende a região do rio Xingu e vai até a cidade de Itaituba, o que corresponde a aproximadamente 500km de extensão ao longo da BR-230 (HÉBETTE, 1991; HAMILIN, 1991). As entrevistas foram realizadas em Altamira e nos municípios de seu entorno.

Portanto, neste artigo serão feitas considerações em relação ao PIC Altamira. Os documentos oficiais e os relatos de memória aqui analisados fazem referência a este projeto de colonização. Contudo, a experiência de colonização na região de Altamira não pode ser tomada como a realidade de todo o programa de colonização. No decorrer do artigo, tentarei descrever a singularidade histórica do PIC Altamira, ao mesmo tempo em que também serão apresentadas as diretrizes que orientaram a política de colonização como um todo.

Se se é possível estabelecer um início para a história da colonização, certamente ele não se encontra na região amazônica. A colonização exigiu o deslocamento de trabalhadores rurais provenientes de outras regiões do país. Dessa maneira, a narrativa da colonização aqui apresentada começa pelo conhecimento do programa por parte desses trabalhadores e sua posterior viagem rumo à Amazônia. Começamos então pela divulgação, seleção e deslocamento dos colonos. Junto aos relatos, analisarei o documento *Altamira – I*². Nele estão contidas as diretrizes do projeto, algumas fotografias e também depoimentos de autoridades políticas da época. Todos esses registros tem a função de informar os primeiros esforços de ocupação das margens da Transamazônica pelo projeto de colonização dos governos militares. Neste informativo da colonização, o então presidente do INCRA, José Francisco de Moura Cavalcanti, afirma que o PIC Altamira, em 31 de março de 1972, contava com 3.000 famílias em processo de assentamento. No entanto, segundo as palavras do mesmo presidente, o programa de colonização da Amazônia, nas margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, pretendia, segundo o discurso oficial, assentar um total de 70.000 famílias. Já o decreto-lei que demarca as terras na beira

² Documento encontrado nos arquivos da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). “*Altamira – I, INCRA, 1972*”.

das rodovias como destinadas à “reforma agrária”, pressupõe um total de 100 mil famílias a serem assentadas nas margens da Transamazônica e Cuiabá-Santarém³. Os documentos oficiais do período não entram em acordo quanto ao número de famílias a serem assentadas pela colonização dirigida. Mas à medida que avançam os anos da década de 1970 esta estimativa tende a diminuir. A diminuição está atrelada ao posterior favorecimento das empresas como os grandes agentes colonizadores em detrimento ao modelo de ocupação que privilegiava o trabalhador rural, garantindo às famílias a posse de 100ha de terras às margens da rodovia. Mais adiante, veremos esse processo em detalhes. Antes disso, cabe afirmar que a diminuição dos assentamentos de trabalhadores rurais não significou a redução do deslocamento rumo à Amazônia. Também motivados pelo desejo de obter terra e trabalho, os grandes contingentes de mão de obra continuaram a chegar na região mesmo sem a ajuda do governo:

Se fizermos um levantamento sobre os fluxos migratórios para essa parte do território amazônico, vamos perceber que em menos de cinco anos não foi preciso mais o Governo Federal investir na propaganda, no transporte e no assentamento de famílias empobrecidas de diversas regiões do Brasil ao longo dessa rodovia. Centenas de trabalhadores passaram a chegar por sua própria conta. Esse movimento pode ser verificado em quase todos os municípios do sul e sudeste do Pará durante os anos de 1970 e na década seguinte. Os municípios de Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia, Tucuruí e Jacundá cortados pela rodovia Transamazônica saíram de 57.510 habitantes, em 1970, para 187.336, em 1980, com crescimento de 225.75%. Já os municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e São Félix do Xingu, mais ao sul do estado, contavam com 40.370 habitantes, em 1970, passando para 130.029, em 1980, com crescimento de 222.09% (PEREIRA, 2013, p. 76).

Quanto ao número efetivo de assentados pela política de colonização dirigida, apresento alguns dados bem distantes daqueles que foram projetados pelo governo. Segundo levantamento feito na época, em 1974, o INCRA havia assentado apenas 5.717 famílias pelos Programas Integrados de Colonização, somando as

³ Decreto-Lei nº 67.557/70, de 12 de novembro de 1970: “[...] Art. 1º. São declaradas prioritários para fins de Reforma Agrária, as seguintes regiões fisiográficas incluídas nas áreas de atuação do Programa de Integração Nacional, criado pelo Decreto-lei número 1.106, de 16 de junho de 1970: [...] no Estado do Pará, os municípios de São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá, Tucuruí, Bagre, Portel, Senador José Porfírio, Altamira, Porto de Moz, Prainha Santarém, Aveiro, Itaituba e São Felix do Xingu; [...] Art. 4º. Os trabalhos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, obedecendo ao Plano Regional Agrária, a ser incluído no Programa de Integração Nacional, para a implantação de Núcleos de Colonização e Projetos de Reforma Agrária, compreenderão: a) a constituição de cem mil (100.000) unidades familiares [...]; Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67557-12-novembro-1970-409139-publicacaooriginal-1-pe.html> (Acessado pela última vez em 25/08/2019).

áreas de Marabá e o trecho Altamira – Itaituba.

Especulados os números, voltemos ao problema da divulgação desta política. A colonização é então parte de um grande projeto do governo Médici – o Programa de Integração Nacional. A euforia que cercou os projetos do início da década de 1970 identificada na sistemática propaganda governamental, fizeram com que as políticas do período fossem exaustivamente divulgadas. Durante a série de entrevistas realizadas com os colonos, foram a mim relatadas diversas formas de contato inicial com o programa. O conhecimento da colonização chegava aos trabalhadores pelos pronunciamentos do general Garrastazu Médici em cadeia de rádio e televisão. Outra forma de divulgação do programa foram as propagandas do governo em revistas e jornais⁴. As sedes do INCRA no interior da região Nordeste também foram relacionadas como importantes dispositivos de divulgação e recrutamento. Essa instituição, além de divulgar, também foi responsável pelo cadastramento dos trabalhadores no programa de colonização.

A participação da imprensa na divulgação do PIN foi relatada pelo Sr. Antônio Macedo de Melo, conhecido em Altamira como Antônio Prefeito, natural de Minas Gerais. Antônio Prefeito foi técnico agrícola do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), contratado em 1972 especialmente para o programa de colonização da Amazônia. Como funcionário do INCRA, trabalhou no assentamento dos colonos na região de Altamira. Segundo Antônio Prefeito:

Já tinha fama a Transamazônica, a colonização da Transamazônica, 100ha, já corria o Brasil inteiro, de terras boas. Porque a mídia aqui, todo dia tinha trinta homens na lista (...). Tinha todo dia. Jornalista alemão, inglês, irlandês, canadense, americano... isso aqui era assim ó, lotado. Isso aqui foi uma obra, acontece, se fosse hoje, nem Belo Monte, nem nada, teve uma repercussão tão grande como a abertura da Transamazônica. Eles calcularam que a Amazônia seria um lago. O pessoal acostumado a passar no Rio Amazonas de barco, pensava que a Amazônia era tudo aquilo ali, alagado, sabe? Não tinha morro aqui. Então isso aqui foi um trabalho de repercussão mundial. Jornalista do mundo inteiro tinha aqui. Abrir a Transamazônica aqui foi um feito extraordinário pra época. (...) Como a mídia era constante aqui, isso era famoso. A TV cultura.... era todo mundo falando sobre isso daqui. (...) o cara já conhecia aqui sem nunca ter vindo aqui... só trazendo as notícia sabe? Os

⁴ Outros depoimentos, os quais não trouxe às análises deste artigo, citam a Revista Veja como um veículo que divulgou o cadastramento de trabalhadores a serem assentados na Amazônia. Os pronunciamentos de Médici em cadeia de rádio e televisão também foram citados pelos trabalhadores como a maneira com que tomaram conhecimento do projeto: “pelas palavras do próprio presidente”. A propaganda do governo federal nos jornais de circulação do Nordeste também foi uma estratégia utilizada para que a população da região tomasse conhecimento do programa. Parte dessas fontes impressas foram analisadas em dissertação defendida no PPGH/UFPE: BRAGA, Magno Michell. *BR 230, nordestinos na rota Transamazônica: a trajetória dos migrantes no Estado do Pará (1970-1974)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2012.

documentário que falava sobre isso aqui. As terra boa, as terra roxa onde é que tava, como tava, sabe?⁵

As palavras do ex-funcionário do INCRA são carregadas de representações. Na sua concepção, a Amazônia é o lugar da terra boa e da abundância de água. Antônio Prefeito fala como um porta-voz da ditadura e de sua política de desenvolvimento. A megalomania da ditadura, e sobretudo do governo Médici, aparece nas palavras do antigo funcionário do regime. Ele valoriza a obra da colonização e da construção da Transamazônica e as compara com o tempo presente – “se fosse hoje nem Belo Monte, nem nada, teve uma repercussão tão grande como a abertura da Transamazônica”.

Mas para além das representações, nos concentremos no destaque dado à repercussão das obras do PIN. A colonização é então um acontecimento no Brasil da década de 1970. A cobertura sistemática das obras do PIN, por parte da mídia, é um dos principais argumentos que possibilitam a definição dessas obras como acontecimentos históricos. A perspectiva do acontecimento renasce então com toda força na historiografia recente (DOSSE, 2013). E para que o acontecimento possa existir, ele tem de ser conhecido. Nesse sentido, “as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de consciência (DOSSE, 2013)”. E à medida em que ser é ser percebido, cada vez mais “é através delas [as mídias] que o acontecimento existe (DOSSE, 2013)”. Ainda segundo a mesma referência, “o acontecimento, para existir, tem que ser inserido em uma cadeia de comunicação: emissão/difusão e recepção”. No caso da colonização, por ser uma política pública, o lugar do emissor é ocupado pelo Estado e suas autarquias; por sua vez, a difusão coube à propaganda e aos pronunciamentos veiculados nos veículos midiáticos da época; a recepção, por último, cabia especialmente aos trabalhadores e agricultores pobres ao redor do Brasil, mas também aos empresários capazes de investir no projeto. A comunicação é parte fundamental dessa aproximação entre Estado e sociedade. Os grandes projetos do governo de Garrastazu Médici só puderam ser realizados quando entendidos e apropriados pela população governada.

Um dos objetivos desse estudo histórico é justamente perceber a colonização como um acontecimento da ditadura. Essa perspectiva encontra respaldo historiográfico, por exemplo, nas contribuições de autores como Pere Petit (2003) e nas análises da historiadora Regina Beatriz. Ao escrever sobre as políticas governamentais, afirma a historiadora que:

Sem postular qualquer ordem de importância, proponho discutir o significado

⁵ Entrevista realizada em Altamira-PA, janeiro de 2015.

político de um amplo programa de colonização, com base nas políticas governamentais, como importante dispositivo de poder que nos permite compreendê-lo como um novo acontecimento em sua singularidade histórica a fim de controlar os conflitos sociais no campo e reorientar o “povoamento dos espaços vazios (GUILMARÃES NETO, 2014, p. 38)”.

O efeito da colonização que corresponde ao controle dos “conflitos sociais no campo” está atrelado à segurança nacional e a um modelo de desenvolvimento capitalista, objetivo que perpassa a execução de todas as políticas do governo Médici e que de uma maneira ou de outra orientou a modernização conservadora empreendida pelos sucessivos generais durante os anos da ditadura. O povoamento dos “espaços vazios” corresponde à ocupação da Amazônia. Essa é a maneira com que historicamente os discursos de cunho regionalista entendem o território amazônico (ALMEIDA, 2003), invisibilizando o conjunto das populações tradicionais que historicamente ocupam a área e legitimando a entrada de investimentos estrangeiros nestas localidades.

A propaganda do governo federal e a repercussão mundial das obras do PIN garantiram que a notícia da colonização se espalhasse pelo país. Uma vez conhecido o programa, as pessoas que tinham interesse em serem direcionadas à Amazônia apresentavam-se nas secretarias regionais do recém criado Instituto de Colonização e Reforma Agrária. A essa altura fazia-se o cadastramento e acertavam-se alguns pré-requisitos da viagem.

Sobre a viagem à Amazônia, bem como sobre o processo de seleção e cadastramento dos trabalhadores rurais, utilizo o depoimento de uma colona: Creuza Azevedo de Melo. Dona Creuza chegou à Amazônia em finais de 1971 e assim relata a maneira com que deixou o lugar onde vivia:

Meu marido veio em agosto, saiu de Garanhuns em agosto. Aí saiu com os conterrâneos, né? [...] Aí dava o nome de todos os filhos, da mulher, e onde morava. Aí eles vinha, marcava o tempo de ir buscar, né? Aí vieram buscar lá em Garanhuns num ônibus novo, com a faixa, o ônibus preto e a faixa branca, dizendo: Transamazônica, né? Só dizia assim: Transamazônica. Só pra levar esses colonos, né? Que era colonização. Aí trouxeram eles pra Recife. Chegaram em Recife, ficaram, vieram de avião até Belém, os homens, primeiro. Aí de Belém eles vieram de barco pra Vitória do Xingu, né? Aí quando em Vitória do Xingu, eles foram apanhar o carro daqui, que ia apanhar os colono. [...] Aí ficava só homem, não tinha mulher, não vinha mulher, só homem, e a família ficava⁶.

Segundo nos conta Dona Creuza, a história do seu deslocamento começa

⁶ Entrevista realizada em Medicilândia-PA, janeiro de 2015.

com a iniciativa de seu marido. Ele foi o responsável por cadastrar a família no programa de colonização. De acordo com outros depoimentos, também colhidos em janeiro de 2015, constituir família era uma das exigências colocadas pelo INCRA para adquirir terra na Amazônia. No entanto, isso não significava que a família seria levada por completo, ou seja, que todos os membros seriam levados de uma só vez à Amazônia. No caso da família em questão, o pai veio na frente. Uma vez que as famílias eram selecionadas e cadastradas, iniciava-se o processo de deslocamento. O marido de Dona Creuza, o Sr. João Gonçalves de Melo, já falecido, deixou Garanhuns em agosto de 1971. Era o início da colonização. A Transamazônica, ainda em processo de abertura, foi construída paralelamente à ocupação de suas margens. O momento em que João Gonçalves chegava à Amazônia corresponde ao início da colonização. Nos primeiros anos do assentamento, os locais das obras e as regiões onde seriam instalados os colonos ainda não reuniam as condições necessárias ao recebimento, por completo, de suas famílias – se é que um dia realmente as teve. O trajeto do Sr. João incluiu ônibus, avião e barco, todos garantidos pelo INCRA e sem nenhum custo adicional ao colono. Meses depois, Dona Creuza e seus filhos também foram encaminhados:

Aí depois é que eles foram fazer o levantamento, aí eles faziam o pedido, né? Eles comunicava, aqui no Pará, quando em quando, dizendo que tava no tempo de os homens trazer a família, porque já tava abrindo [a floresta] né? [...] Aí foi lá uma moça e um rapaz, do INCRA, aí perguntando: “a senhora é que é a esposa de João Gonçalves Melo?” “Sim”. E eu sabia que era o carro do IINCRA, né? Uma faixa branco e preta, um carro preto com faixa branca. Eu já tava esperando, mais ou menos, porque não podia se comunicar, não tinha carta, não ia carta, não ia nada, não tinha comunicação, só eles que tem o carro. Aí, cheguei... aí primeiro ele disse: “olha, o seu filho mais velho é Paulo?” Aí deu o nome. “É”. O outro é o segundo, Romualdo. “Sim”. Aí a menina, “Clerivalda?” “Sim”. E aí tava o nome de todos. Aí eu: “tá certo, é tudo”. “Senhora, o seu marido já fez o pedido e quer que a senhora vá pra lá onde ele está”. Aí eu digo: “tá, eu vou”. Porque eu ia fazer o quê sem marido lá? Sem nada, sem recurso. Aí marcaram... o carro no outro dia foi embora. Aí marcaram o tempo. Não podia, não tinha telefone, não tinha nada, aí eles marcaram o tempo. Aí quando foi naquele tempo que nós marcou, nós tava esperando, aí chegou o ônibus na porta e foi apanhando a gente. Já vinha lá de tanto lugar, que era, que era.... mata né? Das mata assim. Aí já vinha com um bocado de gente, de mulher, só mulher, só mulher e filha. Aí a gente em cima veio pra Recife. Quando chegou em Recife, fomos para o terminal, fomos para um hotel (...) esperando, até que chegou, quando chegou, eles apanharam a gente, levaram pro aeroporto, embarcaram a gente no avião, tocou pra Belém. Quando chegou em Belém, aí a gente desceu do avião, eles levaram a gente tudo dentro dos carro deles, né? Levaram a gente pro terminal rodoviário... um hotel bem alto, bem grande. Nós ficamos naquele hotel, ficamos

lá, sem sair, não podia sair. Dormimos, comemos, tudo por conta do INCRA, né? Depois marcaram, vinha outro avião [...] os aviões, o presidente que mandava. Aí passamos uma semana, aí o avião chegou, nós toquemos pra aqui pro Pará, quando chegamos em Belém, foi, em Belém, quando chegamos em Belém [...] pegamos e viemos pra Altamira⁷.

A impossibilidade de comunicação com o marido fez do INCRA o único meio que pudesse articular o encontro, na Amazônia, entre Dona Creuza e Seu João. A instituição cumpriu o acordado e dois meses depois procurou sua esposa e seus filhos. O acompanhamento era pessoal e os funcionários do INCRA iam até às residências dos futuros colonos. Como Dona Creuza afirma no depoimento, “uma moça e um rapaz do INCRA” certificaram a ida da esposa que até então havia ficado para trás. Sem poder fazer muitas escolhas, como ela mesmo afirma, o deslocamento e a nova vida na Amazônia pareciam ser sua única opção. Mas Dona Creuza não foi um caso isolado e, naquele momento, deixar o Nordeste foi a única opção para uma série de trabalhadores e trabalhadoras flageladas pela indústria da seca. Marcado o dia da viagem, o ônibus do INCRA chegou para buscar Dona Creuza e seus três filhos. Diferente do marido, Dona Creuza não pegou barco. Seu deslocamento foi feito primeiramente de ônibus, saindo do interior até à capital de seu estado de origem, no caso, Recife. Posteriormente, as mulheres e crianças foram de avião até Belém e depois até Altamira, local onde em breve seriam assentados. Poucos meses após a chegada de seu marido, aviões fretados pelo governo federal já sombreavam o chão da Amazônia anunciando a chegada das famílias dos colonos. E, segundo Dona Creuza, os aviões eram mandados pelo próprio presidente – “os aviões, o presidente que mandava”. No depoimento, a personificação das ações de governo na figura do presidente Médici abre espaço para pensarmos a estratégia da ditadura em construir a popularidade do general no início de seu governo e, por seguinte, o relativo sucesso da empreitada.

Mas nem sempre as famílias chegavam à Amazônia divididas. Outros relatos indicam que muitos pais, mães e crianças também chegaram juntos e de uma só vez na região. Da mesma forma que a divisão das famílias não corresponde à única versão do deslocamento, o trajeto e os transportes nem sempre foram os mesmos. A maneira com que foram levados à Amazônia variava de acordo com o momento da colonização, grupo de origem, condição das estradas, etc.

Em meados de 1971, a colonização já era um acontecimento. Os ônibus cortavam o interior do Nordeste em busca dos colonos da Transamazônica. Na pro-

⁷ Entrevista realizada em Medicilândia-PA, janeiro de 2015.

⁸ Entrevista realizada em Medicilândia-PA, janeiro de 2015.

paganda, nos discursos, o resgate dos flagelados da seca e a missão de adentrar a Amazônia revestia o empreendimento do governo federal de ousadia e coragem. O PIN era apresentado como um exemplo de comprometimento da ditadura com a população pobre e trabalhadora. O governo federal disponibilizou aviões fretados às pessoas que tinham o costume de viajar em caminhão pau de arara. Nas capitais, as famílias aguardavam em hotéis o dia da decolagem. A hospedagem a que se refere Dona Creuza também foi bancada pelo INCRA. Além disso, pelo menos até chegar na Amazônia, todos os gastos com alimentação foram arcados com dinheiro das instituições federais. É difícil acreditar que um projeto de tantos esforços e repercussão não tenha impactado a sociedade brasileira da época. Em pleno governo da ditadura, criava-se o efeito de que as obras do PIN abriam espaço, no seio das políticas públicas, para a população pobre e rural.

Uma vez que os colonos chegavam em Altamira, era iniciado o assentamento das famílias. Esse processo foi realizado pelos funcionários do INCRA e envolvia a escolha e demarcação das terras. Antônio Prefeito foi um dos responsáveis por essa tarefa. Na entrevista, o técnico agrícola aposentado contou um pouco do trabalho que realizou na região em 1972:

Então no dia 15 de janeiro de 1972 eu cheguei aqui em Altamira. Daqui eu fui pro quilômetro 80, administrar o quilômetro 80. O que era administrar a região? Administrar aqui era... as pessoas que eram feita a seleção lá no estado de origem dele, no Nordeste, no Centro Oeste, no Sul, para vir aqui para Altamira, para adquirir terra. Então nós aqui sabe, éramos o responsável para mostrar a terra pro elemento, dar a terra pra ele, que geralmente era uma faixa de 100h(...). Que a gente não impunha: você vai ficar com essa terra. Não, a gente não impunha isso (...) você tinha liberdade de escolher. O INCRA não impõe: essa terra é sua. Não. Seu lote é esse daqui, seu lote é esse daqui, o seu é daqui... não, não, não... você tinha o direito de escolha. E tinha um negócio, essa escolha... poderia levar você três, quatro vezes numa área. “Não gostou?” “Tá”. “Amanhã cedo todo mundo pra cá”. Quem gostava, ficava. Já recebia a carteirinha de colono, um carnêzinho pra receber 6 meses de salário. Seria um salário mínimo. Se fosse hoje era 780 reais, um salário mínimo. Então recebia esse dinheiro pra trabalhar na propriedade dele. E a gente fiscalizava, sabe? Se ele tava trabalhando mesmo, se não tava, sabe?⁹

A distribuição das terras repartiu as margens da Transamazônica entre os colonos. Nesse momento foi concedido um lote de 100ha a cada família. De acordo com o antigo funcionário do INCRA, o colono poderia escolher o local onde seria demarcada sua futura propriedade. Outros depoimentos, dessa vez de colonos, também confirmaram que os lotes eram escolhidos pelos próprios trabalhadores.

⁹ Entrevista realizada em Altamira-PA, janeiro de 2015.

Nos carros do INCRA, juntavam-se os funcionários da instituição e os pais de família para percorrerem a Transamazônica, escolherem e demarcarem seus lotes. Nesse momento, a experiência no manejo com a terra era fundamental ao colono. Aquele que tinha um certo conhecimento agrícola foi capaz de escolher, em determinado trecho da Transamazônica, as melhores faixas de terra, geralmente aquela mais fértil, de fácil acesso à água e com maior possibilidade de escoamento da produção.

No entanto, a liberdade de uns representou a opressão a outros. Apesar da insistência dos discursos oficiais em caracterizar a Amazônia como “espaço vazio”, aquela região já era ocupada por trabalhadores rurais desde meados da década de 1950 – os posseiros.

Para o INCRA, o povoado e os modos de vida das pessoas que lá moravam valiam menos do que o interesse do órgão em implantar nessa parte da Amazônia um Projeto de Colonização idealizado pela tecnocracia do governo central. Além do deslocamento de famílias empobrecidas de outras regiões do País para essa parte do território amazônico, o INCRA procurava controlar a população local. Só mais tarde, depois de muita resistência, o INCRA resolveu deixar ali as famílias, mas destinou aquelas terras, onde faziam as suas roças e criavam os seus animais domésticos, ao assentamento de famílias que chegavam de diversas partes do Brasil (PEREIRA, 2013, p. 62).

A aquisição das terras às margens das rodovias por parte do governo militar e sua posterior distribuição aos colonos e latifundiários acarretou na violência contra os modos de vida então presentes naquela região da Amazônia. O povoado e os modos de vida indicados na citação acima são os trabalhadores rurais geralmente identificados como posseiros. Os posseiros não detêm a propriedade legal das terras e por isso foram muitas vezes expulsos pelo governo federal de seus locais de moradia e/ou trabalho, cedendo espaço aos colonos advindos de outras localidades do país. Estes colonos, por sua vez, eram amparados pela empresa governamental. Como também nos aponta a citação acima, essa foi uma estratégia que pretendia manter a população local sob o controle do governo e esse controle foi realizado de maneira perversa. Ao expulsar os posseiros pela presença dos colonos, o governo criava um conflito dentro do próprio campesinato brasileiro. Na Amazônia, ao instituir a legalidade e manipular os direitos, o governo da ditadura chocou duas categorias de trabalho no campo que representavam um mesmo modelo de vida na década de 1970: os posseiros e os colonos, ambos trabalhadores rurais e pobres.

Alguns posseiros que possuíam mais de 100 hectares onde o PIC Marabá foi implantado viram as suas terras divididas e cedidas a outras pessoas. Outros, parte de suas posses ficaram dentro dos limites do Projeto de Colonização e parte fora.

Muitos tiveram as suas casas de um lado da linha divisória dos lotes e as suas roças e pastagens do outro. Por imposição do INCRA, alguns trabalhadores foram obrigados a optar: ficar com a parte da terra onde estavam as suas casas ou ficar com a parte da terra onde estavam as suas roças (PEREIRA, 2013, p. 62).

Na ditadura e na política de colonização, a luta pela terra rivalizou os próprios trabalhadores rurais. Na briga entre posseiros e colonos, ganhavam os empresários do agronegócio, que assistiam a abertura do espaço amazônico para sua posterior entrada na região. Nesse jogo, quem dava as cartas era o regime da ditadura, que ao apostar nesse grande empreendimento foi capaz de atingir uma série de objetivos políticos e enfrentar uma outra sorte de ameaças a sua continuidade, como, por exemplo, ocupar as fronteiras nacionais, controlar as populações da Amazônia, dividir o campesinato brasileiro, estimular a agroindústria, etc...

[...] o governo da ditadura civil-militar procurou, nos primeiros anos da década de 1970, não só impor à população dessa parte da Amazônia uma proposta que não fazia parte de seus interesses como buscou discipliná-la. Ou seja, usando o discurso de ocupação dos espaços vazios, além de determinar que aquelas terras, há muito tempo ocupadas por trabalhadores rurais, deveriam ser destinadas a concretizar a sua política de colonização da Amazônia, o Governo Federal, por meio do INCRA, decidiu como seriam os traçados topográficos e os tamanhos dos lotes dos colonos ao mesmo tempo em que buscou identificar e manter sob seu controle os posseiros que ali moravam (PEREIRA, 2013, p. 63).

Afirmado o privilégio dos colonos frente aos posseiros que já se encontravam no território amazônico, cabe agora questionar se dentre os próprios colonos houve algum tipo de privilégio quanto à demarcação de seus lotes. Os depoimentos reunidos em pesquisa indicam que, no início, não houve privilégio de um grupo de colonos sobre outro. Os lotes distribuídos aos trabalhadores pobres continham 100ha de extensão. No entanto, algumas regiões tinham melhores condições para viver e produzir. Por exemplo, os lotes localizados na beira da estrada eram mais valorizados, pois ali era mais fácil o escoamento da produção. Além de facilitar a distribuição dos produtos agrícolas, estar na beira da rodovia facilitava a comunicação com a cidade e com os funcionários do INCRA. Outra variável que indica algum privilégio na política de colonização é a qualidade da terra. Os lotes próximos à região de Altamira, quando comparados, por exemplo, com a área em torno da cidade de Marabá, continham as terras de maior fertilidade: a terra roxa, como é conhecida na região. Hoje é difícil afirmar quais os critérios que fizeram com que essa ou aquela família fosse direcionada à região de Altamira. O que se sabe é que os poucos colonos provenientes do sul do país (a maioria do próprio estado do Rio Grande do

Sul), também pioneiros da colonização na Transamazônica, foram, desde o início, direcionados aos locais onde identifica-se uma melhor qualidade da terra. Até hoje muitos dos trabalhadores rurais vindos do Rio Grande do Sul na década de 1970 encontram-se no trecho Altamira – Itaituba. Quanto à diferença dos locais de procedência dos colonos, pude encontrar na documentação oficial o seguinte trecho:

A seleção de colonos para o projeto parte das áreas que apresenta maior capacidade de expulsão de mão-de-obra e problemas de tensão social. Considerando também a necessidade de imediato ingresso de tecnologia no projeto, o INCRA vem selecionando colonos de outras áreas mais desenvolvidas, notadamente no centro-sul, a fim de possibilitar o “efeito demonstração”. Espera-se que, em torno de 25% dos colonos deverão ser oriundos dessas áreas e 75% de áreas menos desenvolvidas, notadamente do Nordeste (IPEA, 1972).

O efeito demonstração da qual se refere o documento é a utilização dos colonos do centro-sul, no qual os gaúchos fazem parte, como trabalhadores referência nos projetos de colonização, ou seja, como elementos demonstrativos. Segundo o governo, os colonos das localidades mais desenvolvidas, o Centro-Sul, detinham uma maior experiência com a agricultura e manipulavam técnicas agrícolas mais avançadas. De acordo com a mesma razão governamental, os trabalhadores advindos das áreas de tensão social, locais de expulsão de mão de obra, notadamente o Nordeste, deveriam ter os colonos do centro-sul como exemplos a serem seguidos. Portanto, se os colonos do centro-sul deveriam representar os trabalhadores referência nas áreas de assentamento é difícil acreditar que eles seriam enviados às localidades menos férteis. Sua experiência na agricultura e capacidade de ingressar nas terras com imediata tecnologia agrícola, parece ter feito com que os gaúchos, por exemplo, fossem enviados para as localidades de terra mais fértil, constituindo, desta forma, um segmento privilegiado na condução da política de colonização dirigida na Amazônia.

Outra questão que indica algum tipo de privilégio me parece estar ligada à temporalidade. Os assentamentos na região de Altamira inauguraram o projeto de colonização. E, sendo assim, os primeiros colonos foram direcionados a essa região de solo mais fértil. À medida que chegavam mais colonos, esses passaram a ser encaminhados para as regiões de menor produtividade, onde os solos são, de maneira geral, mais difíceis para o cultivo. O pioneirismo, a qualidade da terra, e a quantidade de documentos oficiais que se referem ao projeto de colonização em Altamira são fatores que indicam que foi nesta região onde o INCRA concentrou seus maiores esforços na política de assentamento. O PIC Altamira foi o projeto piloto da colonização. Segundo a contabilidade realizada por Elísio Contini em pesquisa para a

Fundação Getúlio Vargas, em 1974, o governo federal havia assentado 5.717 famílias, das quais apenas 1.422 estavam situadas no PIC Marabá (CONTINI, 1976).

Existia dessa maneira o direito de escolha do lote por parte do colono. Mas a extensão da Transamazônica recorta diferentes regiões da Amazônia. A região em que os colonos aportavam e a data que chegaram na Amazônia limitou essa escolha. Os que chegaram mais tarde e os que foram direcionados às áreas de solo mais pobre, tiveram maiores dificuldades para manterem-se dignamente na região. Mesmo assim, desde o processo de seleção e demarcação dos lotes, a experiência com o trabalho agrícola e o conhecimento da terra foram fundamentais ao colono. Os que detinham esse conhecimento tiveram mais chances de serem alocados em áreas com melhores condições de vida e trabalho.

A região de Altamira oferecia melhores condições de vida ao colono. E isso não se deve apenas à presença da terra roxa, mas também aos esforços despendidos pelo governo da época. À medida que me deslocava pela Transamazônica, partindo de Marabá à Altamira, o cenário pouco produtivo da região de Marabá era paulatinamente substituído pela riqueza das plantações nas proximidades de Altamira. O modelo de colonização do sul do Pará, região do PIC-Altamira, garantiu que alguns dos colonos permanecessem na região. Isso acarretou numa estrutura de propriedade da terra mais dividida entre pequenos e médios proprietários. Da mesma forma, as instituições públicas estão mais presentes nos arredores de Altamira do que na zona de Marabá. Nos lugarejos que visitei perto de Marabá, os agricultores sempre se queixavam da falta de serviços básicos na região, como saúde, educação e segurança pública.

Além disso, durante a década de 1980, a violência resultante do conflito pela terra na região de influência de Marabá, o sudeste do Pará, foi uma constante e isso se deu, dentre outras questões, pelo abandono da área por parte das instituições públicas que deveriam regular o acesso à terra. Além de um somatório de órgãos e instituições que ao longo da colonização atuaram na região de Altamira, uma parceria com o governo norte-americano permitiu a construção de uma usina de açúcar nessa região. A implementação da usina Abraham Lincoln, facilitou o plantio de cana na zona rural ao redor da cidade, mas em alguns casos também foi responsável pela imposição desta cultura no lote dos colonos. Em pouco tempo essa usina faliu, mas sua construção demonstra a falta de comprometimento com os colonos em contrapartida às concessões feitas para o estabelecimento da agroindústria. Por outro lado, a concentração de esforços governamentais naquela localidade, seja pela implementação da usina ou pela concentração de colonos, são elementos que demonstram a prioridade que obteve o trecho de Altamira na política de colonização.

Alguns antigos colonos, hoje pequenos produtores, se mantêm na área de influência de Altamira e em municípios como Brasil Novo e Medicilândia. Por outro lado, na região de Marabá, a presença dos antigos colonos é pequena e as terras estão concentradas nas mãos de poucos e grandes latifundiários. Nos arredores de Marabá, a baixa produtividade da terra tem sido argumento para a derrubada da mata e plantação de capim, formando grandes pastos à beira da rodovia. A maioria dos colonos assentados pelo PIC Marabá, há muito tempo abriram mão de seus lotes. Muitos voltaram para sua região de origem, mas boa parte desses trabalhadores abandonaram sua condição de colono para serem explorados pelas empresas agropecuárias que viriam a se estabelecer na região. Segundo a historiadora Regina Beatriz:

[...] os segmentos de trabalhadores rurais sem terra, provenientes da região Nordeste, que se deslocaram para os projetos de colonização não tinham recursos econômicos para adquirir lotes de 100ha, passando a constituir um grande mercado de trabalho com mão de obra, predominantemente, desqualificada pelos principais setores produtivos; esses segmentos foram alvo das mais diversas discriminações e violências sociais, engrossando as fileiras dos trabalhadores desterritorializados, com os direitos civis não reconhecidos (GUIMARÃES NETO, 2014, p. 42).

Atribuo a dificuldade dos trabalhadores se manterem nos lotes à dependência que tinham dos direcionamentos governamentais na região. Ou seja, sem o auxílio das instituições, uma família pobre proveniente do Nordeste não teria capacidade de produzir em um lote de 100ha. O abandono dos lotes para a posterior venda de sua força de trabalho às empresas com capitais suficientes para produzir naquelas terras, se tornou uma consequência comum entre aqueles que migraram para a Amazônia na década de 1970. Mesmo com a suposta liberdade na escolha dos lotes, não podemos esquecer que a colonização foi uma política de Estado, definida, em termos oficiais, como uma *colonização dirigida* e, portanto, não espontânea. Os trabalhadores rurais não ocuparam as terras da Amazônia por livre e espontânea vontade, mas para elas foram direcionados pelo governo federal. No depoimento que aqui expomos, Antônio Prefeito relata que o colono tinha o direito de escolha da terra que lhe seria concedida. Numa clara tentativa de positivar os projetos de colonização, o entrevistado afirma que o INCRA não impunha a terra ao colono: “Que a gente não impunha: você vai ficar com essa terra. Não, a gente não impunha isso¹⁰”. A imposição seria marca de um governo autoritário e o autoritarismo não estava presente na colonização, pois o trabalhador tinha a liberdade de escolher a sua fu-

¹⁰ Entrevista realizada em Altamira-PA, em janeiro de 2015.

tura propriedade. No entanto, não podemos correr o risco de confundir o direito de escolha da terra com a autonomia do trabalhador rural. Como afirmei no início do parágrafo, a colonização é uma política de Estado. A decisão em ocupar a região não partiu dos trabalhadores, mas só foi possível pela iniciativa governamental. As condições para o deslocamento foram dadas pelo governo da ditadura, da mesma maneira como o acesso à terra foi regularizado pelas instituições desse mesmo governo. A colonização foi uma política efetuada com um rígido controle do Estado brasileiro durante os anos da ditadura.

Ao mesmo tempo em que ganhavam terras na Amazônia, os trabalhadores perdiam um elemento crucial à sua organização política: a autonomia. As alternativas de acesso à terra deixavam de ser criadas em torno de seus próprios desejos e decisões para serem oferecidas e em certo nível impostas pelo governo da ditadura. Os colonos deixaram seus locais de moradia e trabalho para iniciar uma nova vida nas terras em que o governo civil-militar enxergou a necessidade de serem ocupadas por essa mão de obra. A tutela governamental caminha na contramão da organização política do campesinato brasileiro. Através da política de colonização, o governo também pôs em prática um processo de despolitização da questão fundiária no Brasil da década de 1970. Insisto nessa questão, pois

Não entendemos corretamente as medidas governamentais do regime se adotarmos como perspectiva da política fundiária a necessidade de terra dos camponeses, a sua luta pela terra, porque não é a partir dessa perspectiva que o governo atua e decide. Tradicionalmente, o Exército brasileiro tem sido centralizador, tem uma concepção política centralizadora e tem atuado em favor da centralização do poder (MARTINS, 1984, p. 49).

Portanto, com risco de perdemos a compreensão da racionalidade governamental da ditadura e em especial do governo do general Garrastazu Médici, não podemos entender a colonização da Amazônia somente como uma política de concessão de terras aos trabalhadores rurais brasileiros. A colonização é resultado de um processo que acompanhou a expansão das instituições federais, aumentando dessa forma a capacidade da tutela governamental. O executivo era então comandado pelos generais do exército e, portanto, os programas criados para intervir no meio rural brasileiro puseram em prática um processo denominado por José de Souza Martins como *militarização da questão agrária*.

A *militarização da questão agrária* está diretamente conectada com a centralização política posta em prática pelo governo dos generais presidente. No momento em que as margens da Transamazônica foram ocupadas pelos colonos, “essas terras, que na verdade pertenciam aos Estados respectivos, passaram a pertencer à

União, cabendo ao Conselho de Segurança Nacional decisões fundamentais sobre elas (MARTINS, 1984, p. 45)”. Portanto, a colonização também significou um processo em que o governo federal tomava para si a responsabilidade de intervenção na região amazônica. Mesmo com o apoio da elite regional às obras do PIN, o governo federal submeteu as ações políticas na região amazônica aos mandos e desmandos da presidência da república. A centralização federal foi, portanto, uma marca da ditadura no país. Os militares estenderam seus domínios rumo à Amazônia, expandido a tutela governamental na região.

Do colono migrante ao latifúndio empresarial: algumas conclusões sobre a política de colonização dirigida na Amazônia

A mudança de orientação nas políticas governamentais da Amazônia ao longo da década de 1970 encontrou respaldo tanto na legislação federal como na legislação do Estado do Pará. Parafraseando o historiador Airton Pereira é possível afirmar que:

[...] não só o Governo Federal, com base no Decreto-Lei nº 1.164, de 01 de abril de 1971, e na Lei 6.383, de 07 de dezembro de 1976¹¹, buscou regularizar os imóveis de empresários e de fazendeiros que apropriavam de terras devolutas, no sul e sudeste paraense, como também, o Governo do Estado do Pará, em consonância com o Governo Federal, destinou grandes extensões de terras à iniciativa privada por meio da alienação de terras públicas que estavam sob sua jurisdição (PEREIRA, 2013, p. 75).

A substituição do protagonismo dos colonos pelo das empresas agropecuárias na política de colonização estagnou o processo de assentamento das famílias de trabalhadores pobres, fortalecendo a criação de uma nova conformação social na Amazônia da época. A rapidez com que o governo mudou suas diretrizes está ligada aos compromissos que a ditadura estabeleceu com a iniciativa privada.

Para dar continuidade às análises, vejamos como o próprio presidente do INCRA relaciona a política de colonização e o Programa de Integração Nacional. Nesse esquema, a colonização está contida no PIN:

Instituído o PIN pelo Decreto Lei nº 1.106/70, verificou-se o engajamento efetivo

¹¹ Enquanto o Decreto-Lei nº 1.164, de 01/04/1971, repassou para a União as terras devolutas localizadas na faixa de cem quilômetros de cada lado das rodovias federais, na Amazônia, a Lei 6.383, de 07/12/1976, estabeleceu o processo discriminatório das terras devolutas da União e incumbiu o INCRA por esse trabalho.

do Ministério da Agricultura e conseqüentemente do INCRA nas atividades prioritárias para cumprimento da estratégia de desenvolvimento da Amazônia, em que sobressai o programa de ocupação racional da faixa de terras de 10km em ambas as margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, com a previsão do assentamento de 70.000 famílias do período de 1972/74 (IPEA, 1972)¹²

A colonização era o pressuposto máximo da Integração Nacional. Ela sintetizava as obras que supostamente iriam garantir o desenvolvimento da Amazônia e, conseqüentemente, o equilíbrio econômico das regiões brasileiras. Portanto, sob o risco de identificá-la como uma política de reforma agrária, não podemos perder de vista que a colonização foi uma tentativa de desenvolver o capitalismo no campo. Essa concepção é fortalecida quando destacados alguns objetivos do Programa de Integração Nacional. Vejamos:

Contempla ainda o grande objetivo de Integração Nacional objetivos de natureza econômica, dentre os quais se destacam:

- Expansão da fronteira agrícola, com incorporação de novas áreas às atividades produtivas;
- Criação das condições básicas de viabilidade, para aumento da produção e da produtividade do setor primário, com melhor distribuição setorial de rendas;
- Ampliação do mercado consumidor interno, para os produtos industrializados;
- Suporte para implementação de uma política agressiva de exportação de produtos primários e agro-industrializados, com a conquista de novos mercados (IPEA, 1972).

Portanto, desde o governo Médici, previa-se que a política de colonização seria orientada para *a exportação de produtos primários e agro-industrializados*. De maneira geral, a produção familiar do colono não gerava uma oferta suficiente à exportação. A agroindústria é um tipo de produção agrícola capaz de garantir uma exportação correspondente ao modelo de desenvolvimento previsto pela ditadura. Portanto, mesmo que a intenção inicial da colonização fosse criar um regime de produtividade *com melhor distribuição setorial de rendas*, o estabelecimento da agroindústria acarretaria na acumulação de terras por parte das empresas do agonegocio, ou seja, por parte de latifundiários. Para desenvolver o capitalismo na região, as empresas tomaram o lugar dos colonos. Esse processo de substituição só foi consolidado durante o governo Geisel, na segunda metade da década de 1970. Como bem explica José de Souza Martins:

¹² Declaração de José de Moura Cavalcanti, publicada no documento Altamira – I, informativo do projeto de colonização na Amazônia.

Passou-se da ênfase na colonização oficial à ênfase na colonização feita por empresas particulares, como a que se deu ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém. Ao se chegar ao governo Geisel, o governo militar já havia aberto mão dos poucos ingredientes progressistas que havia no Estatuto da Terra e que poderiam beneficiar os pequenos agricultores sem terra e sem dinheiro. Toda a política de terras vinculou-se aos interesses da política econômica e de estabelecimento das grandes fazendas nas áreas pioneiras, aos interesses de grandes grupos econômicos e não mais dos velhos fazendeiros (MARTINS, 1984, p. 23).

A mudança de orientação nas políticas agrárias do governo Geisel não corresponde, no entanto, a uma ruptura completa com as intenções do governo Médici. O texto que expõe o planejamento da colonização já permite o entendimento de que a intenção da ditadura na região era ocupar aquelas localidades de maneira a facilitar a entrada do latifúndio. Um dos objetivos da integração nacional, decreto do governo Médici, consistia numa *política agressiva de exportação de produtos primários e agro-industrializados* – tarefa que só as empresas seriam capazes de realizar. Outras práticas do INCRA na região indicam que a produção dos colonos foi orientada por uma política de desenvolvimento capitalista. O INCRA determinava a cultura, fiscalizava o ritmo de trabalho e comprava uma parte da produção agrícola familiar. O objetivo era desenvolver as culturas que pudessem ser aproveitadas pela agroindústria. Essa estratégia estava ligada a capitalização do agricultor pobre. Segundo Antônio Prefeito:

No princípio o INCRA determinava o que plantar. O INCRA não queria aqui capim. Queria a região só agrícola. Começaria com arroz e feijão primeiro. O primeiro plantio, sabe? Ai depois o INCRA não determinou, mas o INCRA trouxe (...), o INCRA trouxe o cacau pra região. E trouxe a pimenta do reino. Foram as duas culturas que o INCRA incentivou plantar¹³.

No início da colonização, o INCRA determinou o que plantar. Depois, a instituição foi responsável por trazer novas culturas à região, sem, contudo, impor o seu plantio. No entanto, somente as culturas incentivadas pelo INCRA tinham o auxílio financeiro concedido pelas agências de crédito do governo federal. Ou seja, só quem plantasse o que fosse da vontade do governo tinha acesso às políticas fiscais e aos financiamentos. Uma vez que a compra dos produtos agrícolas era realizada pelo INCRA, os que não se rendiam às tendências da monocultura, incentivada pelas instituições governamentais, tinham dificuldades em distribuir e vender o que produziam. Com essa estratégia o governo federal queria garantir o espírito capi-

¹³ Entrevista realizada em Altamira-PA, em janeiro de 2015.

talista do trabalhador rural, compatível, assim, com as práticas da agroindústria. A presença dos colonos na região foi orientada no sentido de que esses trabalhadores se tornassem pequenos produtores, microempresários do campo. A cooperatividade entre as famílias foi pouco a pouco sendo substituída pela competitividade. Os poucos pioneiros que obtiveram sucesso na política de colonização, hoje são pequenos e médios produtores rurais que ao longo dos anos foram adquirindo os lotes dos colonos que com eles chegaram na Amazônia. Essa é a conformação social que encontramos hoje, por exemplo, em Medicilândia, município vizinho à cidade de Altamira. Com o estabelecimento do agronegócio na Amazônia, a política de assentamento perdeu a sua força. À medida que avançavam os anos da década de 1970, o trabalhador rural já não encontrava mais espaço em um lugar onde era estimulada a produção agrícola em padrões industriais.

Foi nesta conjuntura, mais precisamente a partir do início de 1979, quando os Programas Integrados de Colonização-PICs (Marabá, Altamira e Itaituba) não passavam dos 7.674 famílias assentadas, que a colonização ao longo da rodovia foi totalmente desativada. (...) Uma vez sem apoio dos órgãos governamentais e num ambiente alheio à sua tradição cultural, [as famílias] viram-se obrigadas a abandonar os seus lotes ou vender para outros migrantes com melhores condições econômicas (PEREIRA, 2013, p. 75).

Medicilândia foi uma agrovila fundada no início da década de 1970, durante o projeto de colonização. Hoje é um município situado à beira da Transamazônica. Sua área é uma localidade da Amazônia em que predomina a terra roxa. Foi nesse solo que o INCRA estimulou a plantação de cacau. Atualmente a zona de Medicilândia é uma das maiores produtoras de cacau do Brasil. Contudo, dos milhares de colonos que a ocuparam, poucos ainda se mantêm nos lotes concedidos pelo INCRA. Como dito, a maioria vendeu suas terras e abandonou suas antigas propriedades. No entanto, algumas poucas famílias de antigos colonos que permanecem ligadas ao trabalho com a terra já não podem ser identificadas como trabalhadores rurais. Essas famílias aumentaram suas áreas de produção, muitas vezes incorporando antigos lotes de colonos que como eles chegaram à Amazônia. Hoje, uma parte dos colonos que se mantiveram na área são pequenos e médios produtores do cacau – cultura que teve o plantio estimulado pelos técnicos do INCRA, no início de 1970.

Assim como Medicilândia, outros municípios do Estado do Pará têm sua história ligada ao projeto de colonização. Situados na região do PIC Altamira – símbolo do Brasil conquistador dos anos 1970, esses municípios são pequenos aglomerados urbanos ao longo da Transamazônica e entre os rios Xingu e Tapajós. Medicilândia, por exemplo, era uma Agrovila, terminologia utilizada para caracterizar

uma determinada forma de urbanização prevista no projeto de colonização. Além de agrovila, duas outras urbanizações foram previstas pelo programa: a Agrópolis e a Rurópolis. Vejamos como Antônio Prefeito define cada uma dessas formas de urbanização:

Outra coisa, no princípio da colonização aqui tinha dois tipo de povoamento: nós tínhamos a Agrovila, Agrópolis e Rurópolis. Agrovila é um aglomerado mais ou menos assim de 80 família, chama-se agrovila. Agrópolis é um pouco maior, seria um aglomerado assim de 300 família. E Rurópolis, agregado assim de mais ou menos 500 famílias, 500 casa construída. Então sempre tinha um povoamento¹⁴.

Como responsável pela implementação do projeto, Antônio Prefeito acompanhou a formação dos aglomerados urbanos e suas posteriores emancipações em municípios. Antes de apresentarmos novos exemplos, cabe ressaltar a envergadura do PIC Altamira, projeto que atraiu milhares de famílias à Amazônia, sobretudo àquelas provenientes do Nordeste. A quantidade de obras e os gastos envolvidos para realizá-las atesta a importância deste projeto dentro do programa do governo Médici. Ainda sobre o trabalho do INCRA, afirma Antônio Prefeito:

Então o INCRA fez um trabalho aqui que sinceramente... nunca vi igual e não vai ter igual. Essa implantação da colonização da Transamazônica, sabe? E na beira da faixa, a faixa a gente fala é beirando a BR, a Transamazônica, de 500 em 500 metros o INCRA fez duas casa. (...) De 500 em 500 metros tinha uma casa, tinha um proprietário, um na frente do outro, um ao lado outro do outro, de frente. Então o INCRA construiu as casa pros colono. Cada colono tinha sua casinha, na Transamazônica¹⁵.

Mais uma vez, Antônio Prefeito aparece como um porta-voz do governo para quem trabalhava. Seus discursos tendem a enaltecer as obras da ditadura civil-militar brasileira, revestindo suas ações de engrandecimento e sucesso. Apesar dos efeitos de seus discursos sempre criarem uma aura de positividade em torno da ditadura e de suas obras na Amazônia, utilizo esse depoimento para destacar o seu conteúdo descritivo. Na prática, a política de colonização dirigida, tendo o INCRA como carro-chefe, ofertou serviços médicos, concedeu salários mínimos, ofereceu créditos bancários, construiu estradas e comprou a produção do colono. Além disso, o projeto também concedia uma casa na agrovila. Essas casas muitas vezes foram construídas pelos colonos pioneiros, com o material bancado pelo INCRA. Ou seja,

¹⁴ Entrevista realizada em janeiro de 2015.

¹⁵ Entrevista realizada em janeiro de 2015.

com a madeira resultante da abertura da mata por esses próprios trabalhadores. Algumas dessas casas ainda se encontram ao longo da BR-230. A colonização, portanto, não envolvia somente as preocupações com a produção das terras concedidas pelo governo. O projeto também traçou a formação das cidades e definiu a maneira com que esses agricultores estariam dispostos ao longo da rodovia. Até as casas eram padronizadas. Na década de 1970, a chegada do colono na Amazônia se deu por um rígido controle do processo de ocupação. Apesar da grande maioria dos colonos terem abandonado os lotes da colonização em detrimento do privilégio concedido às empresas, Antônio Prefeito defende o sucesso da política de colonização pela sua capacidade de criar uma dinâmica urbana em plena região de floresta:

Hoje nós temos aqui Brasil Novo, cidade, que era uma Agrópolis. Nós temos no quilômetro 90, Medicilândia, que é uma cidade, hoje é um município, era uma Agrovila. Nós temos Uruará, ali em cima ali, que era simplesmente uma Agrovila, hoje é um município. Rurópolis, que ainda ficou o nome Rurópolis... Rurópolis que hoje virou cidade. Então, aqui era assim, só chegaria de barco. Marabá, não tinha estrada de carro. Altamira só chegava de barco, pelo rio Xingu. Itaituba só chegava de barco, pelo rio Tapajós. Então, a gente notou que o interesse do governo da época, do governo federal na época, de colonizar a Amazônia, ele tinha intenção de colonizar a Amazônia, sabe? Porque a gente estava notando que isso aqui estava abandonado. Se isso aqui tornasse patrimônio mundial, entre aspas, pertencente a alguém, entre aspas, patrimônio mundial, não custava nada. Botar: a Amazônia pertence a ONU. O Brasil não tinha supremacia nenhuma sobre isso aqui. Patrimônio mundial: pertence a ONU, sabe? Então o governo notou que isso aqui não podia ficar abandonado. O governo meteu estrada aqui, essa Transamazônica, meteu a perimetral norte, sabe? Que não foi à frente. Depois que o governo saiu, sabe? Aí ninguém mais. Se esqueceu disso aqui¹⁶.

De acordo com Antônio Prefeito, a colonização foi resultado do entendimento de que a Amazônia estava abandonada. Este é um argumento que demonstra o descaso do governo com as populações que já habitavam aquelas regiões. A colonização não poupou, por exemplo, os posseiros que ali estavam desde meados da década de 1950. Suas terras foram tomadas e concedidas primeiramente aos colonos, grupo de trabalhadores pobres que chegavam à região impulsionados pelo governo. Posteriormente esses posseiros tiveram que lutar contra o avanço das empresas agropecuárias, que tinham a aquisição de terras facilitada pela ditadura. Apesar do silêncio das fontes e da dificuldade de se obter informações a respeito, a colonização da Amazônia na década de 1970 também passou por cima de territórios indígenas, expulsando essas populações locais, quando não matando, por um processo violen-

¹⁶ Entrevista realizada em Altamira, janeiro de 2015.

to de ocupação da área.

A construção da Transamazônica e a posterior formação de aglomerados urbanos na Amazônia respondia à necessidade de ocupação imediata daquelas áreas por parte das grandes obras governamentais, pela presença do grande capital e de grandes contingentes populacionais. Nas palavras de Antônio Prefeito, a colonização era um pressuposto da soberania nacional na Amazônia, questão recorrente nos discursos do governo militar na luta aberta contra a subversão. Ocupar as fronteiras nacionais, defender os recursos da floresta e aproveitá-los para o progresso capitalista da nação. Nesta versão, a defesa não seria garantida pelas armas, mas pela ocupação produtiva daquelas terras. Se a intenção do governo era facilitar o desenvolvimento capitalista no campo, por que desprender tantos gastos e esforços com o deslocamento de milhares de famílias pobres à Amazônia? Ora, primeiro, quem iria fazer o serviço pesado de abrir a floresta para a posterior entrada dos grandes produtores? Segundo, esses trabalhadores, principalmente os provenientes do Nordeste, maioria entre os colonos, uma vez que abandonavam seus lotes, passavam a constituir um novo segmento de mão de obra volante na região. Essa mão de obra foi aproveitada pelas empresas que por sua vez passaram a explorar esses trabalhadores em níveis que em alguns casos chegaram a configurar a presença da superexploração do trabalho, o trabalho escravo contemporâneo, uma das marcas daquelas regiões paraenses. Por outro lado, também vimos que o assistencialismo aos trabalhadores rurais também fazia parte de uma estratégia de expansão da empresa governamental no meio rural brasileiro. A presença do Estado no campo foi um dos instrumentos utilizados para a tutela política do campesinato e para conquista de legitimidade da ditadura. Outras hipóteses podem ser encontradas nos próprios documentos oficiais do governo Médici:

Entre os objetivos sócio-políticos, extraídos do contexto do grande objetivo da Integração Nacional, enunciam-se os seguintes:

- Eliminação de tensões sociais em áreas saturadas, sobretudo do Nordeste, mediante a absorção dos excedentes de agricultores sem terra [...]
- Marcar, pela presença do homem brasileiro em terras amazônicas, a conquista, para si e para o seu país, daquilo que sempre lhes pertenceram, a fim de que ninguém jamais ouse contestá-los nesse objetivo (IPEA, 1972).

Segundo o documento oficial do regime, a região Nordeste representava um foco de tensão social na década de 1970. Essa área era vista como saturada pela presença dos grandes contingentes de trabalhadores rurais. De acordo com a retórica do governo, a grande quantidade de agricultores no Nordeste impedia que esses trabalhadores obtivessem um local de digna moradia e trabalho justo. Por sua vez, a

manutenção dessas pessoas na região poderia acarretar numa série de conflitos pelo acesso à terra. As históricas organizações trabalhistas no campo e a tentativa das esquerdas em aproveitarem desse conflito faziam do Nordeste uma região estratégica na disputa política. No entanto, a solução encontrada pelo governo em nenhum momento previa a divisão e/ou redistribuição de terras nessas localidades. Como o compromisso da empresa pública com os latifundiários da região sempre foi maior que a intenção de realizar a reforma agrária, o governo optou por deslocar esses trabalhadores para uma outra localidade em que poderia mantê-los sob sua tutela.

Em 1970, outro acontecimento potencializou a luta pela terra na região – a seca. Os trabalhadores que sofriam com as estiagens e com o descaso do poder público, abandonavam suas terras com destino aos centros urbanos do país. Os saques de mercados nas pequenas cidades do interior do Nordeste também ocorriam com frequência naquele ano, decorrente da dificuldade da produção nos setores rurais; impossibilitados de produzirem e sem dinheiro para a aquisição, os saques coletivos eram a única opção de sobrevivência à população flagelada. Portanto, também é possível afirmar que a colonização da Amazônia foi a saída encontrada para os problemas de segurança no Nordeste e para o conseqüente inchaço populacional das grandes cidades do país pela migração dos “nordestinos”.

No que toca especialmente à Amazônia, não podemos esquecer a importância que teve a Guerrilha do Araguaia. Desde a década de 1960, guerrilheiros se organizavam no sudeste do Pará numa tentativa de se aproximar dos posseiros da região. A ditadura aniquilou a guerrilha em 1972, mas entendeu que a ausência do poder público nos meios rurais estimulava as organizações de esquerda a instigarem a resistência ao regime. E por se tratar de uma política de Estado, a colonização arrastaria, junto com os trabalhadores, todo um maquinário governamental que garantiria a presença do Estado brasileiro na região e nas fronteiras. Com a multiplicação de políticas para o campo e com o estabelecimento de grandes projetos no meio rural, a ditadura adentrou no cotidiano daquelas populações. Essas medidas também foram utilizadas como um meio para neutralizar as oposições organizadas à ditadura, ao mesmo tempo que avançava na conquista de legitimidade desse governo.

A respeito da colonização e dos objetivos de segurança nacional a ela articulados, afirma Octavio Ianni:

o início um tanto surpreendente e repentino de uma política nova, sistemática e ativa de colonização dirigida na Amazônia parece dever-se, antes de mais nada, às razões de segurança. O reavivar dos antagonismos sociais no Nordeste e o surgir de núcleos de “tensão social” na Amazônia, ao menos no sul do Pará, fizeram com que o governo adotasse várias medidas econômicas e políticas simultâneas. Ao mesmo

tempo que se desenvolviam as medidas políticas repressivas, inauguradas desde 1964 no âmbito do país, procuravam-se soluções práticas para o controle político de problemas sociais. Nesse sentido, várias medidas foram adotadas no que diz respeito à Amazônia e em relação com o Nordeste, sempre sob o mando do poder estatal controlado pelos governantes instalados desde o Golpe de Estado de 1964 (IANNI, 1979, p. 35).

A política de colonização da Amazônia, posta em prática no início da década de 1970, nos permite a problematização das políticas agrárias da ditadura. A partir daí é possível o entendimento dos mecanismos políticos utilizados para desenvolver o capitalismo no campo e para garantir a segurança nacional. Ao se aproximar dos trabalhadores rurais, o governo passou a disputar o apoio popular à ditadura, mesmo que suas políticas, em suas consequências, sempre apontassem para o privilégio dos setores mais ricos do país. Com o Programa de Integração Nacional e a política de colonização a ele atribuída, “o governo procurou ajustar o problema da terra aos objetivos do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, aos objetivos da segurança nacional, o que significa impedir ou dificultar o desdobramento político da luta na terra (MARTINS, 1984, p. 45)”.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Antropologia dos arquivos da Amazônia*. Rio de Janeiro, Casa, 8, 2008.

BRAGA, Magno Michell. *BR 230, nordestinos na rota Transamazônica:: a trajetória dos migrantes no Estado do Pará (1970-1974)*. Dissertação. PPGH UFPE. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CONTINI, Elísio. *A colonização na Transamazônica: um enfoque analítico do plano governamental, seus resultados e problemas*. Dissertação. Mestrado em Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Escola Brasileira de Administração Pública/Fundação Getúlio Vargas, 1976.

DOSSE, François. *Renascimento do Acontecimento: Um desafio para o historiador: entre esfinge e fênix*. São Paulo, Unesp., 2013.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. “Políticas Governamentais: a colonização como acontecimento”. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, nº 1, Abril, 2014.

HAMILIN, Phillipp. *O Fracasso anunciado*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi: Coleção Eduardo Galvão, 1991.

HÉBETTE, Jean. A Colonização na Amazônia Brasileira. In: HÉBETTE, Jean (org.). *O cerco está se fechando*. Rio de Janeiro, Vozes, 1991, pp.20-27.

IANNI, Octavio. *Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia*. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS DA AMAZÔNIA, *Altamira I*, 1972

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1984.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História, metodologia, memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará*. 2013. Tese. PPGH UFPE. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

PETIT, Pere. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém, Editora Paka-Tatu, 2003.

.

Artigo recebido em 24/09/2019, aprovado em 28/10/2019.